

# **Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão pública: sinergia para a segurança alimentar e nutricional no município de Cacimbinhas – AL**

**The National School Feeding Program and public management: synergy for food and nutritional security in the municipality of Cacimbinhas – AL**

**El Programa Nacional de Alimentación Escolar y gestión pública: sinergia para la seguridad alimentaria y nutricional, en el municipio de Cacimbinhas – AL**

**Josefa Adriana Cavalcante Ferro**  

Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão (SE), Brasil

[josefaadriana40@gmail.com](mailto:josefaadriana40@gmail.com)

**Sônia de Souza Mendonça Menezes**  

Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão (SE), Brasil

[soniamenezes@academico.ufs.br](mailto:soniamenezes@academico.ufs.br)

---

## **Resumo**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma relevante política pública que visa a contribuir com a conservação da cultura alimentar, a partir da oferta de refeições adequadas e saudáveis, contribui para a redução da insegurança alimentar e da fome. Este artigo tem por objetivo analisar as ações realizadas pela gestão pública na execução do PNAE para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos discentes da rede municipal de ensino, do município de Cacimbinhas/AL, no ano de 2023. A pesquisa é de cunho qualquantitativo, a coleta das informações e as entrevistas com os agentes sociais participantes do PNAE: Nutricionista, Presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Diretor Escolar, Merendeira, Presidente da Associação e agricultores aconteceu no ano de 2024. Como resultados identificou-se que as ações realizadas pelo CAE e pela gestão pública, contribuem para a SAN para os beneficiários do PNAE e seus familiares, a partir da implantação do Programa “Lápis na mão, comida na mesa”, com a entrega de



cesta básica que viabiliza a continuidade do acesso a alimentação aos alunos quando estão fora do ambiente escolar, como também aos demais residentes do domicílio.

**Palavras-chave:** Alimentação Escolar. Segurança Alimentar e Nutricional. Administração Pública.

---

### Abstract

The National School Feeding Program (PNAE) is a relevant public policy that aims to contribute to the conservation of food culture, from the provision of adequate and healthy meals, contributes to the reduction of food insecurity and hunger. This article aims to analyze the actions taken by public management in the execution of the PNAE for the promotion of Food and Nutrition Security (FNS) for students in the municipal education network, in the municipality of Cacimbinhas/AL, in the year 2023. The research is qualitative-quantitative, the collection of information and interviews with the social agents participating in the PNAE: Nutritionist, President of the School Feeding Council (CAE), School Director, Lunch Cook, President of the Association and farmers took place in 2024. As a result, it was identified that the actions carried out by the CAE and by the public management, contribute to FNS for the beneficiaries of the PNAE and their families, from the implementation of the "Lápis na mão, comida na mesa" Program, with the delivery of a basic food basket that enables the continuity of access to food to students when they are out of the school environment, as well as to the other residents of the household.

**Keywords:** School Feeding. Food and Nutrition Security. Public administration.

---

### Resumen

El Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) es una política pública relevante que tiene como objetivo contribuir a la conservación de la cultura alimentaria, a partir de la oferta de comidas adecuadas y saludables, contribuyendo a la reducción de la inseguridad alimentaria y el hambre. Este artículo tiene como objetivo analizar las acciones realizadas por la gestión pública en la ejecución del PNAE para la promoción de la Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN) de los estudiantes de la red municipal de educación, del municipio de Cacimbinhas/AL, en el año 2023. La investigación es de carácter cualitativo-cuantitativo, la recopilación de información y las entrevistas con los agentes sociales participantes del PNAE: Nutricionista, Presidente del Consejo de Alimentación Escolar (CAE), Director Escolar, Merendeira, Presidente de la Asociación y agricultores ocurrió en el año 2024. Como resultados se identificó que las acciones realizadas por el CAE y por la gestión pública, contribuyen a la SAN para los beneficiarios del PNAE y sus familiares, a partir de la implantación del Programa "Lápiz en la mano, comida en la mesa", con la entrega de canasta básica que posibilita la continuidad del acceso a la alimentación a los estudiantes cuando están fuera del ambiente escolar, así como a los demás residentes del hogar.

**Palabras clave:** Alimentación Escolar. Seguridad Alimentaria y Nutricional. Administración Pública.

---

## Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das políticas públicas com maior longevidade no Brasil, sua origem data de 1955 com a publicação do Decreto 37.106, que implantou a oferta de alimentação para os alunos matriculados na rede pública de ensino. Este programa está presente nos 5.570 municípios brasileiros,

as refeições oferecidas apresentam qualidade em conformidade com os parâmetros nutricionais, têm consonância com os hábitos alimentares dos municíipes, além de promover ações de educação alimentar e nutricional. Essa capilaridade do programa o torna referência e se destaca na escala global.

A preocupação com a alimentação para os alunos das escolas públicas do Brasil teve início nos idos de 1920, com a composição da sociedade urbano-industrial. Nesse período, o “Instituto de Hygiene” implementou métodos de pesquisa e contribuiu para propostas de políticas públicas acerca das questões alimentares. Foram criados questionamentos/investigações nutricionais sobre as causas que envolviam o problema da fome e da subnutrição, problemáticas que alicerçaram a concepção do programa. Peixinho (2011, p. 31) afirma que “a fome comprometia o desenvolvimento do indivíduo, acarretando [...] a deficiência intelectual, cognitiva e a baixa autoestima, com consequente violação da dignidade humana”. Assim, por volta dos anos de 1930, o entendimento do Governo Federal e dos acadêmicos era de que a fome comprometia o desenvolvimento intelectual.

Para tanto, era necessária a criação de uma política pública de alimentação, a qual viesse a resolver a problemática identificada a partir das pesquisas. Em busca de soluções para a situação da fome, várias iniciativas foram tomadas pelo Estado brasileiro com relação à alimentação escolar, e na década de 1955 oficializa-se a merenda escolar, a partir da publicação do supracitado Decreto. Conforme esta centralidade e para o alcance da propositura do PNAE (garantir aos alunos matriculados na rede pública de ensino o acesso à alimentação escolar adequada e saudável), faz-se necessária a efetiva e ativa atuação dos envolvidos na estrutura do programa. Nesse contexto, o objetivo deste artigo<sup>1</sup> é analisar as ações realizadas pela gestão pública na execução do PNAE para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos discentes da rede municipal de ensino, do município de Cacimbinhas-AL, no ano de 2023.

A pesquisa é de cunho qualquantitativo, a coleta de dados ocorreu em 2024, foram entrevistados os seguintes agentes sociais participantes do PNAE: nutricionista, presidente do Conselho de Alimentação Escolar, diretor escolar, merendeira,

---

<sup>1</sup>Este artigo é parte da tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) sob a orientação da Professora Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes.

agricultores familiares fornecedores de alimentos e o presidente da Associação Guaxinim. Para cada grupo foram aplicadas entrevistas semiestruturadas de acordo com o campo de atuação, assim, o trabalho de campo foi realizado a partir da seleção dos interlocutores conforme as funções desempenhadas, bem como os fornecedores de alimentos para o PNAE, no mencionado período. Conforme Gaskel (2014) e Minayo (2012), a realização das entrevistas é um momento de interação entre os envolvidos no diálogo, é um processo dinâmico de construção de conhecimento.

Quanto aos dados secundários, foram utilizadas as informações disponibilizadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), Rede PENSSAN, as quais foram fundamentais para a concretude do estudo realizado no município de Cacimbinhas-AL, situado na mesorregião do Agreste alagoano. A sistematização das informações proporcionou vislumbrar a relevância das ações oriundas da gestão municipal em consonância com a política pública para a alimentação escolar, de modo que perpassa os limites escolares com estratégias que asseguram o acesso aos alimentos durante os momentos em que os discentes se encontram em suas residências.

O artigo está estruturado em duas seções para além da introdução: a primeira seção versa sobre a alimentação escolar no Brasil, em seguida, as interfaces do PNAE no município de Cacimbinhas-AL, depois tem-se as discussões sobre as ações do PNAE: interconexões entre Gestão e Segurança Alimentar e Nutricional e, por fim, as considerações finais.

## **Alimentação escolar no Brasil**

A alimentação escolar no Brasil antecede o Decreto 37.106/1955 que institui a Campanha de Merenda Escolar, tendo início nos idos de 1920. Neste período, o “Instituto de Higiene”<sup>2</sup>, implementou métodos de pesquisa e contribuiu para propostas de políticas públicas acerca das questões alimentares. Foram criados questionários/investigações nutricionais sobre as causas que envolviam a situação da

<sup>2</sup> Pertencente à Faculdade de Medicina de São Paulo, com a aprovação da Lei 2.018 de 26/12/1924, que transferiu oficialmente o Instituto de Higiene ao governo do Estado com a denominação de Instituto de Higiene de São Paulo.

fome e subnutrição, problemáticas que alicerçaram a concepção de um programa para alimentar os alunos. Assim, por volta dos anos de 1930, o governo brasileiro instituiu a Política Nacional de Saúde, criou o Ministério da Educação e da Saúde e, em 1934, surgiu o Departamento de Assistência Médico-social, estes instrumentos foram constituídos para ajudar a enfrentar as dificuldades vivenciadas pela sociedade: a fome e a desnutrição.

Este foi um período em que surgiram os movimentos sociais liderados por alguns médicos, dentre eles Josué de Castro, que identificou as deficiências alimentares do povo brasileiro e as retratou em sua obra *Geografia da Fome, o dilema brasileiro: pão ou aço*. Em seu estudo, ele constatou as diferentes situações de carência alimentar e organizou o material de pesquisa em cinco áreas alimentares: Área Amazônica, Nordeste Açucareiro, Sertão Nordestino, Centro-Oeste e Extremo Sul, classificando as áreas de fome como: fome endêmica, epidêmica e área de subnutrição. O estudo foi importante, pois revelou a situação alimentar da população brasileira.

Assim, na década de 1940, o governo brasileiro tomou algumas medidas, tendo à frente “Josué de Castro, que idealizou e elaborou o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), viabilizado pelo Decreto-Lei 2.478, de 1940” (Castro, 2010, p. 20), cuja finalidadeposta na lei era “melhorar a alimentação do trabalhador nacional e, consequentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho” (Castro, 2010, p. 20). O SAPS viabilizou a instauração de restaurantes populares, que poderiam influenciar na alimentação dos trabalhadores e familiares. Em 1945, o Presidente Getúlio Vargas institui a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) por meio do Decreto 7.328, com as funções de elaborar as normas da Política Nacional de Alimentação, identificar os hábitos alimentares e as produções existentes nas regiões brasileiras, para implantar campanhas alimentares em âmbito nacional.

Com a contínua busca por soluções para a situação da fome no país, várias iniciativas foram tomadas pelo governo brasileiro com relação à alimentação escolar. Em 1955, durante a Presidência de Café Filho, foi assinado o Decreto 37.106, que criou a Campanha de Merenda Escolar (CME), no ano seguinte com o Decreto 39.007/1956, o então Presidente Juscelino Kubitschek modifica a nomenclatura da CME para Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com o intuito da nacionalização e centralização da aquisição de alimentos.

No ano de 1965, na gestão do governo militar de Castello Branco, altera-se a denominação CNME para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), através do Decreto 56.886/1965, modifica o processo de aquisição de alimentos com a centralização das compras e distribuições dos produtos para a alimentação escolar realizada pela gestão federal. Conforme Bezerra (2003), os alimentos fornecidos até o início de 1970 eram adquiridos via convênio entre o Ministério da Educação e a United States Agency for International Development (USAID)<sup>3</sup>, Alimentos para a Paz, Alimentos para o Desenvolvimento e o Programa Mundial de Alimentos, da FAO/ONU (FNDE, 2022), cujos itens eram direcionados para atender as pessoas carentes e as crianças em idade escolar, o que denota a relação de dependência com esse país e com os impérios alimentares internacionais, que forneciam produtos industrializados como o leite em pó e a margarina.

Registra-se nesse período a consolidação igualmente de empresas nacionais que passaram a fornecer os “alimentos formulados” para a merenda escolar, como sopas e mingaus, produzidos pelas indústrias alimentícias. Assim, na década de 1970, a Companhia Brasileira de Abastecimento (COBAL) responsabilizou-se pela aquisição de alimentos, entretanto, prioritariamente os produtos industrializados compunham o cardápio alimentar. Nesse período, os hábitos alimentares dos diferentes territórios não eram valorizados, deste modo, em inúmeras instituições escolares a merenda não era aceita, visto que a comida não tinha nenhuma relação com a cultura alimentar dos discentes.

Em 1973, esse programa foi alvo de interesses tendo em vista especialmente os recursos e as relações com os impérios alimentares e o capital nacional com as indústrias alimentares. No governo militar de Médici, foi instituído o Decreto 72.034/1973, que institui o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN)<sup>4</sup>, cuja finalidade foi “acelerar a melhoria das condições de alimentação e nutrição da população e consequentemente, contribuir para a elevação de seus padrões de saúde, índices de produtividade e níveis de renda” (art. 1º). Com o slogan “nutrição é desenvolvimento”, todavia, poucas ações foram realizadas (Grisa; Porto, 2023), devido

---

<sup>3</sup> Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

<sup>4</sup> O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), foi constituído em 1972, para auxiliar o governo na elaboração do PRONAN.

às "dificuldades de operação e irregularidades constatadas em auditorias realizadas pelo INAN" (IPEA, 2014, p. 19), o programa apresentou curta duração sendo vigente até 1974.

Em 1976, Geisel impetrou o Decreto 77.116, o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN), dentre as diretrizes menciona-se no art. 2º, "o estímulo à produção, armazenagem, transporte e comercialização de alimentos básicos necessários aos programas oficiais de suplementação alimentar [...]" . Entretanto, o desenvolvimento do II PRONAN foi comprometido pelo fato de os recursos orçamentários ficarem vinculados aos Ministérios responsáveis pela execução de seus programas e projetos, ocorrendo, reduções que prejudicavam o desempenho, tendo em vista que cada Ministério tinha autonomia para definir sua estrutura programática e atribuir valores orçamentários, além de outras dificuldades e interferências sobre determinadas políticas (Arruda; Arruda, 2007).

Nesse contexto, em 1979, o governo federal alterou a nomenclatura de Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) e passou a adotar a denominação de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), titulação vigente até a atualidade. Observa-se como a política de alimentação escolar foi alvo no regime militar, pois tal fato está relacionado aos interesses geopolíticos e à expansão dos impérios alimentares na escala global e nacional. Até 1993 a execução do programa ocorreu de forma centralizada, tendo como órgão gerenciador o Governo Federal, que adquiria os gêneros alimentícios através do processo licitatório, contratava laboratórios para realizar o controle de qualidade, efetivava a distribuição dos alimentos em todo o território nacional e planejava os cardápios (FNDE, 2022).

No período entre 1983 e 1995 o PNAE esteve sob a gerência da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) a qual continuava a funcionar de modo centralizado, sendo responsabilidade do órgão gestor desde o planejamento à distribuição dos alimentos. As dificuldades enfrentadas pela FAE para a distribuição dos itens alimentares foram intensas, dentre elas: o tempo gasto para transportar alimentos para as diferentes regiões brasileiras que gerava desperdício, falta de alimentos para os discentes, como também ocasionava prejuízos, visto que grande quantidade de alimentos eram recebidos pós-validade do prazo do consumo. Além disso, a aceitabilidade de inúmeros produtos oferecidos a comunidade escolar era reduzida,

tendo em vista o desconhecimento e o não vínculo com a cultura alimentar dos discentes, fato esse que provocava perdas financeiras e a não alimentação ao público escolar. Entretanto, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 208, prevê a oferta de programas suplementares, dentre eles, a alimentação escolar, em todas as etapas da educação básica.

Nesse contexto, a descentralização da alimentação escolar, foi fundamental para a aquisição de alimentos cultivados nos territórios que fazem parte dos hábitos alimentares e favoreceu a elaboração dos cardápios. As problemáticas com a logística, a mobilização da sociedade e a continuidade da fome no território nacional estimularam as mudanças na política da alimentação escolar, que resultou na descentralização dos repasses.

Em 1994, com o regime democrático ocorre o processo de descentralização dos repasses, instituída mediante a Lei 8.913/1994, em seu art. 1º dispõe que “os recursos destinados ao programa de alimentação escolar [...] serão repassados, em parcelas mensais, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios[...]mediante convênio com a União”. As transferências passaram a ser administradas pelos Estados, Municípios e o Distrito Federal, com isso favoreceu a aquisição de alimentos em escala local, redução do tempo de entrega dos alimentos nas escolas, compra alimentos saudáveis e limitação na aquisição de produtos industrializados. Além disso, observou-se o respeito à cultura local, instituindo o controle de qualidade, bem como o teste de aceitabilidade dos alimentos pelos alunos. Neste cerne, Peixinho (2011, p. 43) discorre que:

A grande rejeição aos produtos industrializados, a FAE apoiada pelos Departamentos dos cursos de Engenharia de Alimentos e de Nutrição das Universidades Federal de Viçosa e da Universidade de Campinas e pelo Instituto de Tecnologia de Alimentos do Estado de São Paulo, desenvolveu ações com o propósito de que esses produtos utilizassem matérias-primas regionais e com isso incentivasse a agricultura familiar local.

A descentralização também trouxe novos agentes para compor a gestão do PNAE, no contexto de ampliação da participação social, cria-se durante o governo de Itamar Franco o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), por meio da Lei 8.913/1994, com função deliberativa, fiscalizadora e de assessoramento para a execução do Programa. Triches (2010), Peixinho (2011) e Schottz (2017) ressaltam que a descentralização proporcionou aos municípios a gestão da alimentação escolar e

viabilizou a redução dos custos com a distribuição dos alimentos, possibilitou a compra de alimentos do comércio local e dos agricultores familiares, facilitou a elaboração dos cardápios de acordo com a cultura alimentar, bem como viabilizou a participação da sociedade, representada no Conselho de Alimentação Escolar (CAE) formado por pais de alunos, sociedade civil, poder público e trabalhadores da educação, com mandato de quatro anos e podem ser reeleitos.

A partir 1997, com a extinção da FAE a gestão do PNAE é transferida para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com a instituição da Medida Provisória (MP) 1.784, de 14 de dezembro de 1998. Essa medida também estabeleceu que “a transferência dos recursos deve ser feita automaticamente, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato, mediante depósito em conta corrente específica”, ou seja, diretamente do FNDE para as Entidades Executoras.

A partir de 2003, a Resolução 15 de 16 de junho do referido ano, o art. 2º estabelece que o PNAE tem como objetivo “suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos, com vistas a garantir a implantação da política de Segurança Alimentar e contribuir para a formação de bons hábitos alimentares”. As mudanças na estrutura do programa são vistas como significativas para oferecer uma alimentação escolar adequada e saudável, contribuindo assim para a SAN dos beneficiários.

As mudanças na legislação do PNAE, especialmente com a promulgação da Lei 11.947 em 2009, trouxeram importantes contribuições para os agricultores familiares, com a inclusão da categoria e dispõe em seu art. 14 que:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

A citada legislação tem contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar e a disponibilidade de alimentos *in natura* para a alimentação escolar, a serem adquiridos pela Entidade Executora do PNAE. Essa aproximação entre agricultura familiar e alimentação escolar, tem sido favorável à oferta de itens alimentares cultivados diretamente em seus territórios.

O PNAE passou por várias modificações que proporcionaram avanços para a oferta da alimentação escolar, mas é essencial que os envolvidos no programa tenham responsabilidade e compromisso na exequibilidade para atingir as metas propostas pela legislação. Assim, questiona-se: como ocorre a atuação da equipe responsável pela execução dessa política pública no município de Cacimbinhas-AL, para que de fato alcance o que está proposto na Lei 11.947/2009? A fim de investigar essa questão, intenciona-se analisar a atuação dos sujeitos envolvidos na efetivação do programa para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional dos alunos, no mencionado município apresentada no item subsequente.

### **As interfaces do PNAE no município de Cacimbinhas-AL**

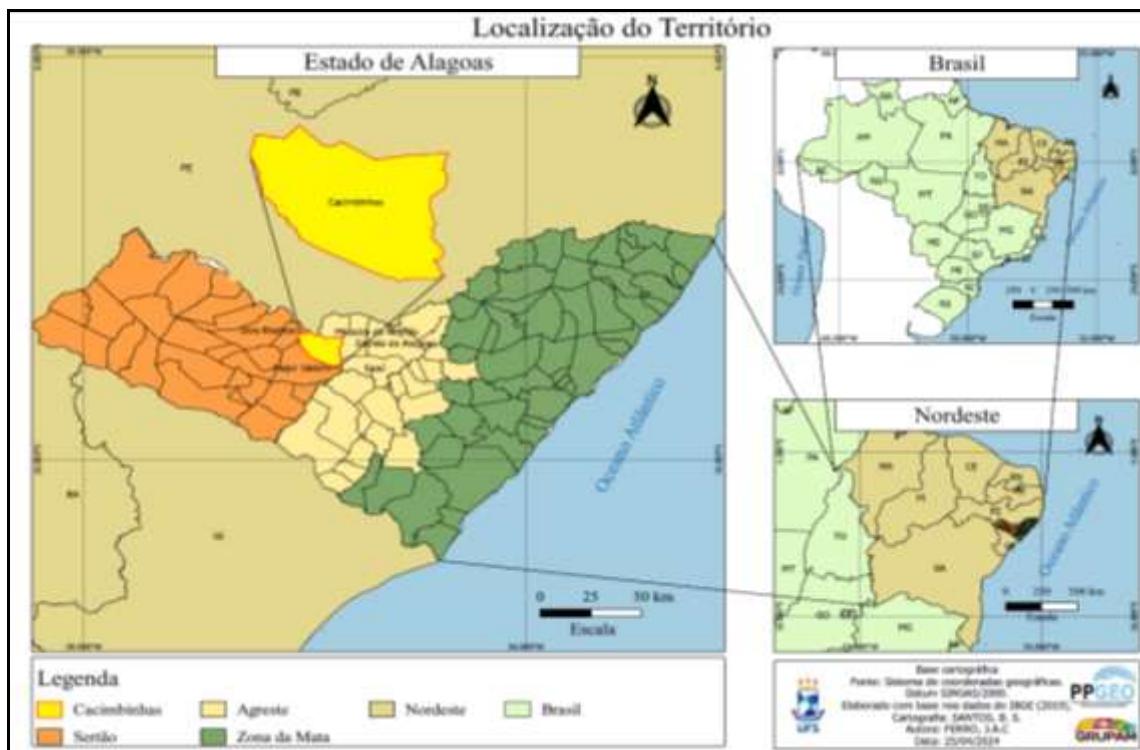
O município de Cacimbinhas está localizado na mesorregião do Agreste alagoano (Mapa 1), ocupa uma área de 281,692 km<sup>2</sup>, a sede do município está situada a 180,3 km da capital Maceió. Conforme os dados do IBGE (2022), o município dispõe de 10.482 habitantes e a densidade demográfica é de 37,21 hab/km<sup>2</sup>. Dentre os habitantes, 962 fazem parte da Comunidade Quilombola Guaxinim, a qual foi certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, em 2006. Esta comunidade tradicional representa mais que resistência, devemos compreendê-las como (re)existência<sup>5</sup>, sob as diferentes formas de dominação e a preservação de seus costumes e cultura.

O município possui 60% de suas terras inseridas na divisão geoambiental do Planalto da Borborema e 40% na faixa denominada de Depressão Sertaneja, com o cenário típico do semiárido nordestino. A área do município é recortada por rios perenes, porém, de pequena vazão e o potencial de água subterrânea é baixo. A vegetação desta unidade é formada por Florestas Subcaducifólica e Caducifólica, próprias das áreas agrestes e o clima é do tipo Tropical Chuvoso, com verão seco (CPRM, 2005).

---

<sup>5</sup> Conforme o conceito de Re(existência) exposto por Pelá e Mendonça (2010, p. 54), “um processo de permanência [...] modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo.”

### Mapa 1 – Localização do município de Cacimbinhas-AL



Fonte: SCG (2000).

Com relação à estrutura fundiária, o município possui 745 estabelecimentos agropecuários pertencentes aos agricultores familiares (de 0,1 a menos de 100 ha) e 29 unidades agropecuárias não familiar (de 100 a menos de 2.500 ha), o que denota o elevado índice de fragmentação das terras, entretanto, o menor número de estabelecimentos rurais ocupa a maior porção de terras o que denota a concentração (IBGE, 2017). De acordo com os dados do IBGE (2017), o município de Cacimbinhas apresenta restrita diversidade agrícola (Tabela 1), em virtude da situação geoambiental na qual está inserida e principalmente devido ao uso da terra com o milho forrageiro.

As informações mostram que os cultivos com destino à alimentação humana apresentam reduzida variedade de itens agrícolas. Ao analisar a Tabela 1, o cultivo de milho em grãos (242 toneladas) destina-se a alimentar a família, pequenos animais e comercialização na feira livre local, esse plantio está presente em 467 estabelecimentos rurais de agricultores familiares.

**Tabela 1 – Cultivos alimentares e estabelecimentos rurais em Cacimbinhas/AL, 2017**

CULTIVO	QUANTIDADE (t)	ESTABELECIMENTOS
Abóbora	2	12
Fava em grão	x	3
Feijão preto em grão	1	7
Feijão fradinho em grão	4	43
Feijão de cor em grão	103	456
Mandioca (macaxeira ou aipim)	x	2
Milho em grão	242	467
Tomate rasteiro	2	2
Milho forrageiro	10.279	122

Fonte: IBGE (2017), org.: Ferro (2024). Nota: x - dados não informados.

No entanto, o milho forrageiro com destino à alimentação dos rebanhos é cultivado em 122 estabelecimentos com uma produção de 10.249 toneladas, a produção está inserida nos estabelecimentos rurais com área elevada, existentes na estrutura fundiária do município, bem como esses estabelecimentos apresentam elevado uso de máquinas agrícolas, sementes transgênicas, agrotóxicos, fertilizantes químicos e corretivos. Conforme os estudos de Bombardi (2017, p. 34-35), “o milho absorve 10% das vendas de agrotóxico do Brasil”, a afirmativa se enquadra neste recorte geográfico, e acrescenta-se ainda nesse paradigma como consequência a redução dos postos de trabalho e a expulsão de agricultores familiares do campo.

O cultivo de feijão de cor, em grão, destaca-se diante dos demais alimentos tanto em toneladas (103) quanto em estabelecimentos que os cultivam (453). Este alimento faz parte da cultura alimentar do município, identificado nos estabelecimentos rurais pertencentes aos agricultores familiares, do município de Cacimbinhas-AL. Este item agrícola é destinado ao consumo familiar e também para a comercialização nas feiras livres (circuitos curtos de comercialização).

No entanto, acrescenta-se aos dados oficiais o cultivo de outros itens, como plantio de maracujá que surgiu no mencionado município, em 2022, essa informação foi constatada através do trabalho de campo, em 2024. Ao dialogar com o agricultor familiar sobre o cultivo, o mesmo destaca a importância da tecnologia social e do equilíbrio ambiental para a referida prática agrícola.

*A questão do maracujá aqui em Cacimbinhas ou até no estado de Alagoas eu posso dizer, é muito difícil cultivar, ele quer muita água e aqui eu tenho um barreiro-trincheira, a água vem por gravidade e uso do gotejamento. Mas, precisa da coragem de trabalhar, assim, tenho maracujá [...]. O que mais me motivou foram os mangangás (Mamangava) que eu tenho aqui, eles que polinizam meus frutos, se fosse para polinizar manualmente eu jamais teria como[...] (Informação verbal, 2024)<sup>6</sup>.*

Durante a visita em loco constataram-se outros cultivos, os quais não estão registrados nos dados do IBGE (2017). Como afirma Mitidiero Júnior (2022, p. 114), há a hipótese de que “o recenseador não conseguiu chegar a todas as áreas, deixando lacunas na coleta”. Assim, para complementar os dados censitários e minimizar as lacunas existentes, serão elencados outros cultivos presentes no município em estudo, como: feijão de corda, melancia, maracujá, tomate, pimentão, repolho, coentro, cenoura, cebola, alface, couve e beterraba, cultivados por agricultores familiares, em seus estabelecimentos rurais. A discussão é confirmada com a narrativa do Presidente da Associação Quilombola Guaxinin:

*Aqui a gente precisa ter alguém que acredite, tenha esperança, ir atrás de tecnologias e práticas [...], a gente aprende a mudar também o manejo e o nosso jeito de tratar a terra e conviver com suas estações, [...] depois de estudos em outras regiões vimos que algumas culturas dá o ano todo com a irrigação, barragens, açudes, poços, é possível [...], participando de seminários, palestras, conferências a gente vai vendo e comparando [...]. As hortaliças é a única que não temos o ano todo [...], mas o importante é que a gente consegue entregar o produto valorizando o agricultor e potencializando toda produção. Em Cacimbinhas nós temos produtor de melancia, batata doce, milho, macaxeira [...], a melancia dá uma safra enorme, sai de caminhão a cada três meses [...], o incentivo ao quintal produtivo, reuso da água para que tenha alimento para o consumo e sobrar, isso dar um suporte econômico para a família [...]. Temos muita produção, em vista dos programas do governo federal, a gente potencializou para vender para o PAA e a Merenda Escolar (Informação Verbal, 2024).<sup>7</sup>*

A vivência do interlocutor apresenta uma realidade invisibilizada pelo IBGE, o mesmo discorre sobre a relevância do conhecimento, da tecnologia e dos mercados institucionais para potencializar os cultivos e valorizar o agricultor familiar, bem como a geração de renda.

---

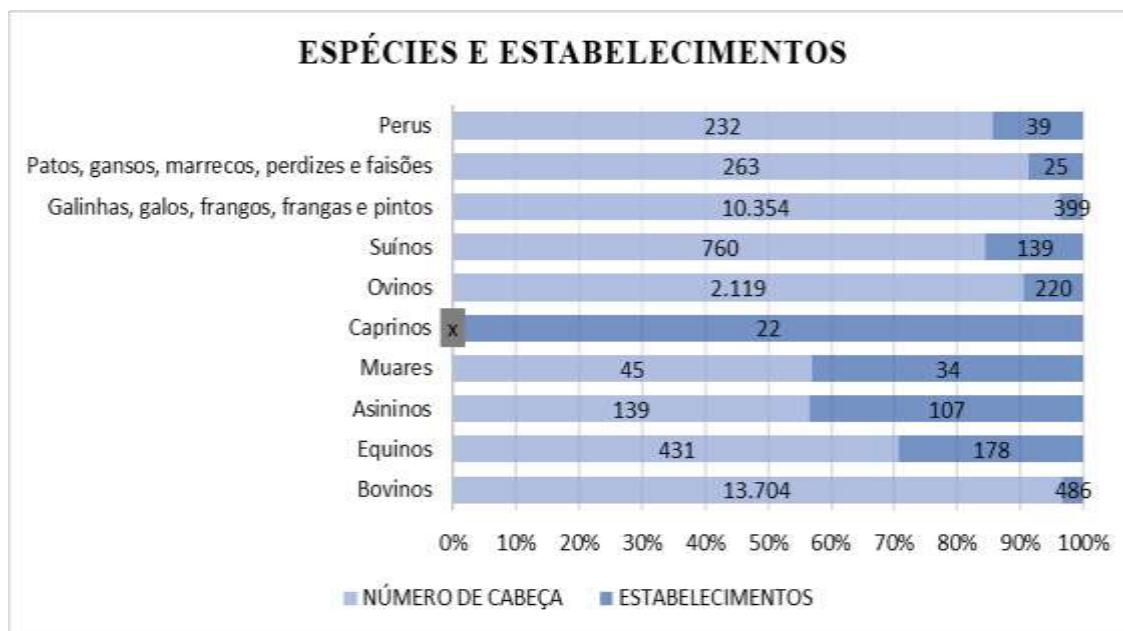
<sup>6</sup> Entrevista realizada com o Sr. Abílio Neto em seu estabelecimento rural, no Povoado Galinhas do Maia, município de Cacimbinhas, em 10 de fevereiro de 2024.

<sup>7</sup> Entrevista realizada com o Sr. José Augusto Malta da Silva, na sede da Associação, em Cacimbinhas/AL, no dia 7 de maio de 2024.

Além dos cultivos mencionados, o município possui diferentes espécies de rebanho animal, conforme Ferrari (1990) a pecuária marca a vida econômica dos territórios do agreste e sertão de Alagoas, que ao longo dos séculos foi sendo diversificada. Assim, o município em estudo destaca-se na criação do gado bovino com 13.704 cabeças, identificado em 62,70% dos estabelecimentos rurais, enquanto isso, os ovinos, segundo rebanho, com 2.119 cabeças e as demais espécies compõem o cenário da pecuária local, embora apresentem número inferior a 200 cabeças. A criação de aves conta com 10.354 cabeças, ocupa pequenos espaços, atendem às demandas familiares e ao mercado consumidor com a oferta de ovos e carne (Gráfico 1).

Observa-se que os animais de pequeno porte nesse território estão associados à distribuição das terras, com ênfase para os minifúndios e às pequenas propriedades, sob domínio da agricultura familiar. A criação dos citados animais é fundamental para a reprodução social dos agricultores para além do autoconsumo e outra parte é comercializado. Menezes (2009, p. 64) salienta que “a criação de pequeno porte (aves) apresenta uma taxa de reprodução elevada [...], sua comercialização ocorre nas feiras locais”. Os recursos adquiridos revertem-se na aquisição de outros alimentos e bens que atendam às necessidades das famílias.

**Gráfico 1 – Espécies da pecuária, em Cacimbinhas-AL, 2017**



Fonte: IBGE (2017), org.: Ferro (2024). Nota: x- dados não informados.

Em Cacimbinhas-AL a aquisição de alimentos cultivados pelos agricultores familiares para a elaboração dos cardápios e preparo das refeições, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, valoriza e respeita os hábitos alimentares dos discentes, com a oferta de refeições adequadas e saudáveis. No entanto, observou-se a reduzida variedade de cultivos para atender à diversidade de itens alimentares necessários para compor os nutrientes fundamentais para a Segurança Alimentar e Nutricional dos alunos. Diante desta realidade, é relevante a participação dos agricultores familiares no fornecimento de itens agrícolas *in natura* para a alimentação escolar, sendo necessário intensificar as mobilizações para incentivar essa categoria a expandir e diversificar os cultivos para atender este mercado institucional do PNAE, com vistas a geração de renda para os agricultores.

### **Ações do PNAE: interconexões entre Gestão e Segurança Alimentar e Nutricional**

Dentre as políticas públicas do Brasil com centralidade na Segurança Alimentar e Nutricional, o Programa Nacional de Alimentação Escolar se destaca por sua abrangência na oferta da alimentação escolar. Em 2023, foram repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação 5,26 milhões, que beneficiou 39,81 milhões de alunos matriculados na rede pública de ensino (FNDE, 2024).

A operacionalização do programa nos municípios é de responsabilidade das Secretarias Municipais de Educação, as quais são incumbidas pela aquisição, distribuição dos alimentos, elaboração e acompanhamento da execução dos cardápios. A partir dessa discussão, o objetivo deste artigo está centralizado na alimentação escolar oferecida aos alunos da rede municipal de ensino, do município de Cacimbinhas-AL, durante o ano de 2023. As escolas municipais estão distribuídas nos espaços rural e urbano e oferecem modalidades da creche ao Ensino Fundamental.

Durante o ano letivo de 2023, foram matriculados 3.520 alunos, em conformidade com os dados do FNDE (2024) a Entidade Executora do PNAE recebeu o repasse, em caráter suplementar de R\$ 475.092,40 para a aquisição de alimentos, com prioridade para os itens provenientes da agricultura familiar, como preconiza a Lei 11.947/2009, cujos recursos são administrados pela Entidade Executora com o objetivo de alcançar o propósito do PNAE.

As ações implementadas no município de Cacimbinhas-AL para a oferta de uma alimentação saudável aos discentes, a princípio, é elaborada a chamada pública, para tanto, elencam os alimentos a serem adquiridos dos agricultores familiares, que participam de forma individual ou através das organizações (Associações e Cooperativas). Em seguida, publicam o edital, realiza-se a seleção, a aprovação dos fornecedores e a avaliação dos cultivos indicados por esses provedores nos planos de venda. O Quadro 1 apresenta os itens que foram obtidos através desse instrumento de compra realizado no período em estudo.

**Quadro 1 – Alimentos fornecidos pelos agricultores familiares, em Cacimbinhas-AL, 2023**

Fornecedores	Alimentos
Agricultor (individual)	Frango
Associação Quilombola Guaxinin	Batata-inglesa, batata-doce, macaxeira, inhame, feijão de corda verde, feijão carioca, goma de tapioca, cenoura, abóbora, tomate, beterraba, cebola, pimentão, cebolinha, alface, couve, alecrim, orégano, manjericão, frango, ovos caipiras, bolo de macaxeira, milho, trigo e pão de cenoura
Associação dos Produtores Rurais do Sítio Algodãozinho	Banana prata, melancia, mamão, laranja pera, laranja bahia, banana comprida, manga tipo tomy, abacaxi, goiaba, polpa de fruta.
Cooperativa de Produção Agropecuária da Reforma Agrária do Agreste Alagoano	Maracujá
Cooperativa de Produção Leiteira de Alagoas Ltda	Queijo coalho Bebida láctea fermentada sabor morango

Fonte: Chamada Pública (2023), org.: Ferro (2024).

No ano de 2023, os agricultores familiares de forma coletiva nas associações e cooperativas forneceram os alimentos e escoaram a produção agrícola por meio do mercado institucional. O Quadro 1 apresenta os itens agrícolas adquiridos pelo PNAE que compõem o cardápio elaborado pela equipe de nutrição, a qual acompanha a execução nas unidades escolares e contam com a parceria dos gestores e merendeiras para que a oferta da alimentação escolar alcance o objetivo do PNAE. A nutricionista nos revelou:

*Fazemos as visitas as escolas, as vezes a gente chega e ver que determinado alimento não foi usado [...], ah, porque eles não gostam', 'porque eles não gostam daquele jeito', nesse caso a gente ver com elas qual a forma melhor de aceitação. A gente tem todo esse diálogo com elas para que entendam a necessidade de usar (consumir o alimento) [...]. A forma como o alimento é apresentado no prato, colocamos um alimento ao lado do outro, as porções,*

*nunca misturado para que eles consigam identificar cor, sabor e textura [...] , essa forma foi observada na casa dos alunos quando ele pediu a tia ‘tia coloca/monta meu prato de rito’, na família a comida é colocada toda misturada, reflexo do hábito escolar em casa (Informação verbal, 2024).<sup>8</sup>*

O relato apresenta o cuidado para que os alimentos sejam oferecidos aos alunos conforme as orientações técnicas, de forma que contribua “para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis e que supram as necessidades nutricionais durante o período escolar”, conforme a Lei 11.947/2009. Evidenciamos a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, como posto no Quadro 1, os quais fazem parte da cultura alimentar do município de Cacimbinhas. Porém, conforme a realidade dos alunos alguns alimentos não estão presentes com frequência na rotina alimentar, em suas residências, ou seja, há uma predominância de produtos ultraprocessados oferecidos pelas famílias para o consumo, em virtude dos poucos recursos financeiros e reduzido poder de compra dos alimentos saudáveis. Os dados apresentados na (Tabela 2) vêm a corroborar com a discussão.

**Tabela 2 – Consumo alimentar, Cacimbinhas, 2023**

Faixa etária	Consumo alimentos ultraprocessados
De 6 meses até 2 anos	56%
De 2 até 4 anos	93%
De 5 até 9 anos	95%
De 10 até 19 anos	90%

Fonte: SISVAN/Desiderata (2024), org.: Ferro (2024).

As informações revelam o amplo consumo de produtos ultraprocessados por crianças a partir de 2 anos de idade. Entretanto, para além das famílias com reduzido poder aquisitivo as quais consomem os ultraprocessados foi relatado que crianças e adolescentes oriundas de grupos familiares com maior poder aquisitivo têm consumido corriqueiramente os citados produtos. A nutricionista relata algumas narrativas: “Ah, Tia! Em casa eu gosto de comer o sanduíche [...] com salsicha, suco é de caixinha”, fato esse que confirma as alterações nos hábitos alimentares das crianças e adolescentes. Ainda acrescenta que: “às vezes a gente conhece o hábito daquela família pelo poder

<sup>8</sup> Entrevista realizada na Secretaria Municipal de Educação de Cacimbinhas, com a Nutricionista, em 12 março de 2024.

*aquisitivo [...], o acesso mais rápido a alimentos processados e ultraprocessados”* (Informação verbal, 2024)<sup>9</sup>. Com este cenário a Entidade Executora assume responsabilidade fundamental na exequibilidade do PNAE, com relação à oferta de uma alimentação escolar saudável e equilibrada, que reverbera na Segurança Alimentar e Nutricional dos alunos.

Para que o processo seja consubstanciado a equipe de nutrição extrapola a elaboração dos cardápios e o acompanhamento nas escolas, mas também participa das reuniões com os pais, com o objetivo de enfatizar a importância da alimentação para as crianças. A profissional de Nutrição destaca:

*Na reunião a gente mostra para eles a qualidade da nossa alimentação escolar, como o cardápio foi elaborado, o cuidado que a merendeira tem em preparar [...], como é ofertada, a organização dos pratos [...] como também a variedade de frutas. Mostrar para eles não foi uma coisa que nós nutricionistas criamos [...] foi seguindo resoluções para o bem-estar daquela criança. Às vezes, a gente vê que tem pais que nunca nem tiveram essa consciência e diante desses momentos com eles a gente está percebendo que estão melhorando muito os hábitos alimentares. (Informação verbal, 2024).*

Essa ação do PNAE na mobilização dos pais e mães a conhecerem e incentivarem os filhos a consumirem a alimentação escolar, bem como, compreenderem os danos provocados a saúde a partir da ingestão dos produtos ultraprocessados conforma uma atividade importante na educação alimentar. Outra ação que compete aos nutricionistas consiste na preparação e implementação dos cursos de formações para as merendeiras, tendo em vista a necessidade de essas profissionais conhecerem e elaborarem a alimentação saudável para os alunos, as quais apresentem características nutricionais e sanitárias dentro dos padrões exigidos. A merendeira como manipuladora de alimentos, possui relevante função nesse ambiente alimentar e precisa compreender a responsabilidade do seu trabalho realizado para que o PNAE seja concretizado. Para Melgaço e Souza (2022, p. 17), a merendeira “é também educadora, formando um elo entre o estudante e o alimento. Ao servir as refeições, a merendeira pode incentivar o estudante a se alimentar e orientá-lo na formação de bons hábitos alimentares”.

---

<sup>9</sup> Entrevista realizada, na Secretaria Municipal de Educação de Cacimbinhas, com a Nutricionista, em 12 março de 2024.

A dedicação dessa profissional contribui significativamente para que os alunos consumam os alimentos, dessa maneira a interação entre as merendeiras, gestores escolares e o profissional de nutrição é fundamental para que ofereçam aos alunos uma alimentação escolar saborosa, adequada e saudável. “*A gente faz de tudo para fazer uma comida gostosa, para eles comerem bem [...] temos muito amor, a gente fica feliz, a gente sabe quem não comeu, porque estava brincando, aí [sic] a gente guarda, eles sabem que a gente não deixa eles com fome*” (Informação verbal, 2024)<sup>10</sup>.

Nesse contexto, o trabalho de campo apresentou a importância da função da merendeira para o PNAE no município em estudo. Dentre as discussões mencionamos a seguinte contribuição:

*Não é só a questão do cozinhar [...], é um contexto de doação, de amor, de cuidado com eles, se preocupam [...], porque elas sabem quem ainda não se alimentou, porque estavam brincando [...], a fala de um aluno foi bem interessante ‘melhor coisa é ser amigo da merendeira, porque ela sempre guarda a nossa comida’. Elas conseguem também identificar aqueles alunos mais carentes, aquele que acorda e vai direto para a escola, ela conhece pelo olhar que o aluno chega com fome, já oferece uma alimentação a eles, porque sabe que não tem em casa. A nossa (nutricionistas) boa relação com elas (merendeiras) ajuda no nosso trabalho.* (Informação verbal, 2024).

Mediante a importante participação das merendeiras na alimentação escolar, a Entidade Executora reconhece o trabalho e durante no ano de 2023 foram oferecidos, além das formações e palestras, serviços que favoreçam a saúde desses agentes sociais. Assim a Nutricionista revela que:

*Esse ano a gente lançou como proposta para a Secretaria de Educação, a gente trabalhar mais um pouco com as merendeiras [...], além da formação pedagógica, os nossos cursos e as palestras [...], a gente sente a necessidade de cuidar mais da saúde delas, em vista que têm práticas muito rotineiras, [...]. Na formação continuada com elas, a gente trazer outros profissionais como: Psicólogo, Fisioterapeuta, Educador Físico [...] então a gente trabalha a saúde como um todo [...]. Precisamos cuidar mais delas.* (Informação verbal, 2024).

---

<sup>10</sup> Entrevista realizada com a merendeira, no dia 7 de fevereiro de 2024, numa escola municipal, em Cacimbinhas/AL.

Nesse ambiente alimentar a participação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) representa a sociedade como fiscalizadora da aplicabilidade dos repasses, da aquisição e a qualidade dos alimentos, esse colegiado apresenta-se ativo no município e, conforme a Lei 8.913/1994, tem função deliberativa, fiscalizadora e de assessoramento para a execução do programa. De acordo com a entrevista realizada com o Presidente do CAE, foi possível perceber que há o acampamento do PNAE desde a recepção dos alimentos, visita às escolas, preparo dos relatórios com situações observadas com o intuito de solucionar algumas incoerências, caso haja ou apresentar os resultados das atividades em conformidades com as orientações legais. Segundo o entrevistado:

*Eu procuro fazer um trabalho de orientar, ou seja, eu estou acompanhando e quando eu sinto a necessidade, que eu vejo que ali tem algum detalhe que está fora, eu não espero aquilo piorar para depois eu chegar lá com o Conselho [...], chamo o responsável e digo: - Olhe, fulano! Isso aqui vamos dá uma melhorada, porque segundo a lei [...]. Então, a minha contribuição para o sistema vai ser dentro de colaborar com informações, orientações, para que tudo caminhe dentro do que é correto e as crianças tenham a alimentação de qualidade. (Informação verbal, 2024).<sup>11</sup>*

A explanação nos remete à função fiscalizadora a ser desempenhada pelo CAE, a necessidade de o Conselho observar os itens adquiridos para a alimentação escolar bem como as condições de armazenamento, o preparo e a oferta dos alimentos. A atuação do controle social comprova as condições dos itens alimentares a serem oferecidos aos alunos, como também auxilia à Entidade Executora com informações pertinentes a efetivação do PNAE, vista pelos representantes da sociedade civil.

Para além das ações pertinentes ao PNAE, realizadas pelos envolvidos na execução do programa em prol da alimentação escolar, o gestor municipal, através da Secretaria de Planejamento em parceria com a Secretarias de Educação, Assistência Social e Saúde criou em julho de 2022 o Programa “Lápis na mão, comida na mesa”. Esse programa é executado com recursos do município, com o objetivo de “fortalecer a rede de ensino e garantir uma alimentação saudável para os alunos que mais precisam”, bem como seus familiares, em virtude da situação de vulnerabilidade em que vivem. Para ter acesso ao programa, a família deve atender os seguintes requisitos: O(a) aluno(a) deve estar estudando e frequentando regularmente a escola; a família deve ter

---

<sup>11</sup> Entrevista realizada com o Presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), dia 7 de fevereiro de 2024, na sala do Conselho, no prédio da Secretaria de Educação.

renda per capita igual ou inferior ao Bolsa Família e o(a) aluno(a) deve estar com o calendário vacinal em dia, esses critérios são essenciais, pois repercutem na vida dos envolvidos, nas dimensões: educacional e na saúde das crianças e adolescentes, matriculados na rede municipal de ensino.

O supracitado programa foi criado para que os alunos pudessem também receber em casa a alimentação, bem como os familiares que se encontram em situação de vulnerabilidade, tendo em vista que vários alunos chegam às escolas sem a primeira refeição e outros têm na escola a única refeição do dia. Nesse contexto, evidencia-se que a fome está presente na vida das famílias, não apenas nestas residências do recorte geográfico, mas no Brasil. Conforme dados da Rede PENSSAN (2023, p. 3), em 2021/2022, o Brasil “possuía um total de 125,2 milhões de pessoas que passam por algum grau de insegurança alimentar”, a situação denota a relevância desta política pública de alimentação escolar, para o combate à fome.

Essa realidade, redireciona para o locus do estudo, com centralidade para as ações da gestão pública, frente à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, de maneira que os alunos continuem sendo alimentados quando não estão na escola, bem como os demais membros da família. Segundo a Nutricionista:

*Hoje a gente percebe aqui no município que as famílias estão sendo bem alimentadas, com o Programa ‘Lápis na mão, comida na mesa’ [...], todo final de mês, tem a distribuição de cesta básica para as famílias dos alunos. [...], esse é um dos pontos que a gente enaltece, porque a merenda escolar (alimentação escolar) e esse programa estão fazendo com que diminua a fome, dos nossos alunos e das famílias também. (Informação verbal, 2024).*

A narrativa evidencia a importância das políticas públicas, através de ações governamentais para solucionar adversidades coletivas, Secchi (2013, p. 2) corrobora com a discussão ao afirmar que “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Nesse sentido, a gestão municipal criou ações para atender às demandas sociais da comunidade local e assim, garantir aos beneficiários o acesso à alimentação.

Essa tomada de decisão pela prefeitura municipal, em 2023, atendeu duas mil famílias as quais preenchem os requisitos essenciais para o acesso ao benefício. A ação

também oferece aos envolvidos o acompanhamento com psicólogos e assistentes sociais, com a operacionalização conjunta do programa “Lápis na mão, comida na mesa”, que tem reverberado de forma positiva no município.

## Considerações finais

Como resultado da pesquisa, afirma-se que a Entidade Executora do PNAE apresenta ações importantes na efetivação do programa, como a aquisição de alimentos da agricultura familiar a qual incentiva os agricultores na busca de alternativas para conviver com as adversidades climáticas e cultivar os alimentos, assim como a procura de outros mercados institucionais para a comercialização dos itens agrícolas que repercute na geração de renda para as famílias envolvidas.

Nesse cenário foi possível identificar os alimentos adquiridos através das cooperativas, associações e, de forma individual, a composição revela a organização dos agricultores familiares fornecedores de itens para o PNAE. As discussões evidenciam que no município de Cacimbinhas há variedade de alimentos cultivados pela categoria, o que contraria os dados fornecidos pelo IBGE (2017); dessa forma, aponta-se a relevância do trabalho de campo que nos proporcionou conhecer o município para além dos dados oficiais.

Com relação às ações, foi observada a atuação dos agentes envolvidos no processo de efetivação do PNAE, conforme está posto na legislação. Evidenciou-se a responsabilidade e o compromisso da equipe com a alimentação escolar no município, desde a equipe de nutricionistas às merendeiras que externam afetividade e cuidado com os alunos. Esse conjunto de ações contribuem para a Segurança Alimentar e Nutricional dos beneficiários por meio do PNAE. As ações da gestão para com as famílias dos alunos da rede pública municipal de ensino, ao instituir o programa “Lápis na mão, comida na mesa”, asseguram a permanência da alimentação para os discentes e seus familiares com a entrega da cesta básica aos beneficiários do PNAE, durante os períodos em que não estão na escola e, consequentemente, dos demais membros da residência.

Embora sejam identificados alguns avanços na concretização da SAN, ainda existem problemáticas a serem equacionadas, dentre eles, o incentivo a diversidade de

cultivos alimentares pelos agricultores familiares para que ampliem o potencial de fornecimento de alimentos para o PNAE e outros projetos institucionais.

## Referências

ARRUDA. Bertoldo K. de; ARRUDA, Ilma K. G. de. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 7, n. 3, p. 319-326, jul. / set., 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento de alimentação escolar. Disponível em:  
<https://www.fnde.gov.br/index.php/legislacoes/institucional-leis/item/3345-lei-n-11947-de-16-de-junho-de-2009>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 7.328**, de 17 de fevereiro de 1945. Comissão Nacional de Alimentação. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7328-17-fevereiro-1945-452032-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20 nov. 2022

BRASIL. **Decreto 39.007**, de 11 de abril de 1956. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto 56.886**, de 20 de setembro de 1965. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 21 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.478**, de 5 de agosto de 1940. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 30. abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 72.034**, de março de 1973. Institui o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72034-30-marco-1973-420497-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 77.116**, de 6 de fevereiro de 1976. Disponível em:  
<https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 37.106**, de 31 de março de 1955. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. **Lei 8.913**, de 12 de julho de 1994: Municipalização da merenda escolar. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em:  
[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 13 out. 2022.

**BRASIL. Medida Provisória nº 1.784**, de 14 de dezembro de 1998. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1998/mediaprovisoria-1784-14-dezembro-1998-368872-norma-pe.html>. Acesso em: 13 nov. 2022.

**CASTRO, Josué de. Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço).** 10ª ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984. 318 p.

**CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea: Diagnóstico do município de Cacimbinhas, estado de Alagoas.** Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. 12 p.

**FERRARI, Onorina Fátima.** A organização espacial do Agreste e do Sertão de Alagoas: a definição dos centros urbanos. **Cadernos de Geociências**, Fundação IBGE, Rio de Janeiro, n. 1, Edição Especial, p. 1-53, 1990.

**FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alunado por ação do programa nacional de alimentação escolar.** 2024. Disponível em:  
<https://www.fnde.gov.br/caeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do>. Acesso em: 02 mai. 2024.

**FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Dados físicos e financeiros do PNAE.** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-fisicos-e-financeiros-do-pnae>. Acesso em: 06 mai. 2024.

**GASKELL, G.** Entrevistas individuais e de grupos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2014. p. 64-89.

**IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População residente (2022).** 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9514#resultado>. Acesso em: 05 mai. 2024.

**IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produtos da lavoura temporária.** 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6957#resultado>. Acesso em: 20 abr. 2024.

**IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Espécie de Pecuária.** 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6907>. Acesso em: 20 abr. 2024.

**IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estabelecimentos agropecuários por atividade econômica.** 2022. Disponível em:  
<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6880#resultado>. Acesso em: 08 fev. 2022.

**IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação.** Rio de Janeiro: IPEA, 2014. Disponível em:  
<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3019>. Acesso em: 03 mai. 2024.

MELGAÇO, Mariana Belloni; SOUZA, Rodrigo Matos-de. Produzindo a subalternidade: as merendeiras nos documentos e iniciativas da gestão federal do PNAE. **Educação em Revista**, [S./L.], v. 38, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TBgxDhr8ZHrvXRXbKqgWMtS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 mai. 2024.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do território sergipano das fabriquetas de queijo**. 2009. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/5474>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Acesso em: 21 ago. 2022.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio; BARBOSA, Humberto Junior Neves; SÁ, Thiago Hérick de. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do censo agropecuário 2006. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 18, n. 3, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5540>. Acesso em: 12 dez. 2022.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/386B5JLGr4qtcmc8FZytzQL/?lang=pt>. Acesso em: 09 jan. 2023.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN). **Nota sobre estimativas de fome e insegurança alimentar para o Brasil**. 2023. Disponível em: [https://pesquisassan.net.br/wp-content/uploads/2023/07/Nota-ReDE-PENSSAN\\_final.pdf](https://pesquisassan.net.br/wp-content/uploads/2023/07/Nota-ReDE-PENSSAN_final.pdf). Acesso em: 10 mar. 2025.

SISVAN. **Panorama da Obesidade em Crianças e Adolescentes**. 2024. Disponível em: <https://panorama.obesidadeinfantil.org.br/>. Acesso em: 05 mai. 2024.

SCHOTTZ, Vanessa. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Controvérsias Sobre os instrumentos de Compra de Alimentos Produzidos pela Agricultura Familiar**. 2017. 232 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/2375/2/2017%20-%20Vanessa%20Schottz.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 168 p.

TRICHES, R. M. Reconectando a produção ao consumo: **a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar**.

2012. 297 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012.

---

## Autoras

---

**Josefa Adriana Cavalcante Ferro** - É graduada em Estudos Sociais pela Faculdade de Formação de Professores de Arapiraca (FFPA), mestra em Educação Brasileira, pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente é Professora do curso de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL – Campus III).

**Endereço:** Universidade Estadual de Alagoas, Rodovia Eduardo Alves da Silva, s/n, KM 3, Graciliano Ramos, Palmeira dos Índios, Alagoas, Brasil, CEP: 57604-595.

**Sônia de Souza Mendonça Menezes** - É graduada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), mestra em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e doutora pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente é Professora Associada II do Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

**Endereço:** Universidade Federal de Sergipe, Avenida Marechal Rondon s/n, Bairro: Rosa Elza, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, CEP: 49100-000.

---

**Artigo recebido em: 19 de março de 2025.**

**Artigo aceito em: 28 de maio de 2025.**

**Artigo publicado em: 02 de junho de 2025.**